

Projeto vidas paralelas indígena: revelando o povo ATIKUM de Pernambuco, Brasil.

Proyecto vidas paralelas indígena: revelando el pueblo ATIKUM de Pernambuco, Brasil.

Project indigenous parallel lives: revealing the ATIKUM people of Pernambuco, Brazil.

Edneide Maria da Silva¹

Joanice Gonçalves dos Santos²

Graciana Maria da Silva³

Maria da Graça Luderitz Hoefel⁴

Edgar Merchán-Hamann⁵

Denise Osório Severo⁶

Silvéria Maria dos Santos⁷

RESUMO

O presente artigo refere-se à comunidade indígena Atikum Umã, do sertão central do Estado de Pernambuco (municípios de Carnaubeira da Penha e Salgueiro). O povo Atikum se expressa em português, embora algumas palavras da língua *Cariri* (do tronco linguístico o *Tupi*) sejam preservadas. Na memória histórica, relata-se o reconhecimento oficial desse povo na segunda metade da década

de 1940, sua luta por uma reserva diante dos abusos cometidos, sua aliança com os *Tuxá* (do Estado da Bahia). Aponta-se para o fato de a terra indígena Atikum estar localizada no chamado “polígono da maconha”, fato que tem causado graves conflitos e violência contra os índios, incluindo o assassinato de algumas das suas lideranças em 1991. A organização hierárquica compreende o cacique (escolhido em reuniões por indicação da comunidade), e o Pajé. Há uma forte influência da política loco-regional na área indígena. Aponta-se para a existência de instâncias de participação, os conselhos locais, a Comissão dos Professores Indígenas Atikum - COPIA, e dois conselhos indígenas de saúde. Anotam-se as dificuldades de conciliar os dois saberes que embasam a concepção de saúde, o tradicional / popular e o científico. Na assistência à saúde, descrevem-se as equipes multidisciplinares de atenção básica, a insuficiência para atender a demanda da população e a morosidade na realização de exames.

Palavras-chave: educação indígena; saúde indígena; indígenas Atikum do Brasil.

1 Estudante de Nutrição. Faculdade de Ciências da Saúde (FS) – Universidade de Brasília (UnB);

2 Estudante de Medicina. Faculdade de Medicina - UnB;

3 estudante de Engenharia Florestal, Faculdade de Tecnologia - UnB

4 Doutora em Sociologia. Professora do Departamento de Saúde Coletiva (FS/UnB), Coordenadora do Projeto Vidas Paralelas Indígena (PVPI);

5 Doutor em Saúde Pública. Professor do Departamento de Saúde Coletiva (FS/UnB), tutor do PVPI;

6 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da UnB; Pesquisadora Associada do Núcleo de Estudos em Saúde Pública / NESP, tutora do PVPI;

7 Doutora em História. Professora do Departamento de Enfermagem (FS/UnB), tutora do PVPI.

RESUMEN

El presente artículo se refiere a la comunidad indígena Atikum Umã, habitante del sertão central del Estado de Pernambuco, Brasil (municipios de Carnaubeira da Penha e Salgueiro). El pueblo Atikum se expresa en portugués, aunque algunas palabras de la lengua *Cariri* (del tronco lingüístico *Tupi*) estén preservadas. En la memoria histórica, se relata el reconocimiento oficial de este pueblo en la segunda mitad de la década de 1940, su lucha por una reserva frente a los abusos cometidos, y su alianza con los *Tuxá* (del Estado de Bahia). Se señala el hecho de la tierra indígena Atikum estar ubicada en el llamado “polígono de la marijuana”, lo cual ha causado graves conflictos y violencia contra los indígenas, incluyendo el asesinato de algunos de sus líderes en 1991. La organización jerárquica comprende el cacique (escogido en reuniones por indicación de la comunidad), y el *Pajé*. Hay una fuerte influencia de la política local-regional en el área indígena. Se apunta la existencia de instancias de participación, los concejos locales, la Comisión de los Profesores Indígenas Atikum - COPIA, y dos consejos indígenas de salud. Se anotan dificultades de conciliar los dos saberes que fundamentan la concepción de salud, el tradicional / popular y el científico. En lo que se refiere a la asistencia en salud, se describen los equipos multidisciplinares de atención primaria, la insuficiencia para atender la demanda de la población y la demora en la realización de exámenes.

Palabras clave: educación indígena; salud indígena; indígenas Atikum del Brasil.

ABSTRACT

This article deals with the Atikum Umã indigenous community that lives in the central *sertão* of the Brazilian state of Pernambuco (municipalities of Carnaubeira da Penha and Salgueiro). The Atikum people speak Portuguese although they keep a few words from the Cariri language (of the Tupi linguistic stock). The historical memory narrates the government recognition of this community in the late 1940s, their fight for a reservation against the abuses, and their alliance with the Tuxá indigenous people (from the state of Bahia). It mentions the fact that the Atikum indigenous land is located in the so-called “marijuana polygon”, a source of serious conflicts and violence against the indigenous people, including the murder of some of their leaders in 1991. The hierarchical scheme includes the Cacique or chieftain (chosen at meetings upon nomination by the community) and the Pajé or shaman. A strong influence of the local/regional politics on the indigenous community is noted. This paper describes forums for participation, local councils, the Atikum Indigenous Teacher Committee (COPIA in Portuguese) and two indigenous health councils. It records the difficulties in reconciling the two kinds of knowledge, traditional / popular and scientific, which are the foundation of the health notion. Regarding health care, this paper describes the multi-disciplinary teams of primary assistance, the lack of sufficient resources to meet the population demand, and the laboratory tests delays.

Key words: Brazilian indian education; Brazilian indian health; Brazilian Atikum indians; Brazil first nations.

INTRODUÇÃO

A etnia Atikum concentra-se na região Nordeste, especificamente no sertão central do Estado de Pernambuco. Existem, no entanto, outras aldeias Atikum formadas a partir do povo originário nos Estados de Tocantins, Bahia, São Paulo, bem como grupos remanescentes que migraram para Minas Gerais, Pará e Mato Grosso do Sul, que reconhecem uns aos outros e mantêm ainda costumes da cultura ancestral. No Estado de Pernambuco (Figura 1), o povo Atikum encontra-se localizado nos municípios de Carnaubeira da Penha e Salgueiro. Segundo a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), estima-se uma população Atikum de cerca de 5.200 indígenas nos estados de Bahia e Pernambuco ¹.

Segundo Grunewald ², a denominação dos índios Atikum-Umã se dá em referência à sua ancestralidade. *Umã* significa “índio mais velho” e teria sido o pai dos Atikum, cuja descendência se criou na aldeia Olho d’Água do Padre (antiga Olho d’Água da Gameleira), no município de Carnaubeira da Penha / PE. Há, entretanto, outras versões, as quais afirmam que o nome Atikum pode ter surgido durante um ritual de *toré*, ou ter sido uma língua dos primeiros habitantes indígenas de um vilarejo nas proximidades de Carnaubeira da Penha, denominada de “Atikum” ou “Araticum”, já extinta.



Figura 1. Mapa com localização de povos indígenas Atikum e Pankará no Estado de Pernambuco, Brasil.

O povo Atikum fala a língua portuguesa, embora algumas palavras da língua *Cariri*, que pertence ao tronco linguístico o *Tupi*, sejam preservadas pelos idosos. Os educadores indígenas, todavia, objetivam fazer um resgate da língua e, para isso, articulam junto à Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco, a implementação do seu ensino no currículo escolar. Em 1998, existiam 20 aldeias no povo; atualmente, esse número é de 42.

Memória Histórica

A primeira referência ao nome Atikum, no que diz respeito aos registros documentados, remete à época do reconhecimento oficial desses índios pelo antigo Serviço de Proteção do Índio (SPI), ocorrido na segunda metade da década de 1940. Esse grupo étnico origina-se dos índios de *Atikum-Umã*, indicando uma subordinação à descendência de *Umã* para *Atikum* ².

Na transição do século XVII para o XVIII, essa região geográfica foi palco de muitos

conflitos entre índios e “brancos” posseiros que penetravam nas terras dos primeiros, levando adiante a expansão pastoril. No início da década de 1940, os membros da comunidade indígena Atikum Umã viviam inconformados com a Prefeitura do município de Floresta no que diz respeito à cobrança de impostos sobre o uso do solo ali cultivado e com o fato de os fazendeiros vizinhos colocarem o gado para pastar sobre suas roças. Foram então informados por índios do povo *Tuxá*, localizado no município de Rodelas (Estado da Bahia), que havia um órgão governamental competente para reconhecer territórios indígenas no Nordeste. Diante dessa informação, alguns índios se deslocaram para Recife e procuraram o SPI, clamando pela criação de uma reserva indígena. Para concessão do reconhecimento, o SPI impôs a demonstração de um ritual de *Toré*, que tradicionalmente atestaria a consciência étnica dos indígenas, perante o inspetor desse órgão governamental no Nordeste ^{3,4}.

Despreparados para uma imediata exibição da dança tradicional, contaram com a ajuda do Povo *Tuxá* e aprenderam a dançar o *toré* ⁴. Entre 1943 e 1945, pouco antes do reconhecimento, um fiscal do SPI foi até o território Atikum (Serra Umã) para assistir a um ritual de *toré*, verificando e atestando a presença indígena ali. Em 1949 é fundado o posto indígena e os Atikum são oficialmente reconhecidos pela União. Para manter a etnicidade e fortalecer os vínculos culturais o *toré* é sempre dançado como sinal diacrítico que evidencia a luta pelos direitos de acesso seguro à terra, bem como outros recursos.

A terra indígena Atikum está localizada no perímetro de região conhecido como “polígono da maconha”, fato

que tem causado graves conflitos e violência contra os índios. A questão da terra foi e ainda constitui um grave problema local. A terra vem sendo utilizada por plantadores de maconha; que detêm posseiros de territórios indígenas para o exercício da agricultura e pastagem para gados ⁵. É importante fazer jus ao cacique Abdon Leonardo da Silva e ao seu irmão Abdias, que muito lutaram pelos recursos e por melhores condições para a continuidade da organização do povo, e que foram assassinados em decorrência de conflitos locais em 1991.

O sistema de compadrio, sobreposto ao parentesco, opera na Serra Umã e parece prover, mais que os elos étnicos, o principal elemento de união entre os habitantes da Serra, gerando espaço para a inclusão de não indígenas ao povo. Fica evidente, portanto, que esse fato ultrapassa os limites da fronteira étnica.

Seus traços físicos indicam uma forte miscigenação com o negro, provavelmente grupos de quilombolas fugindo da escravidão que se instalaram na Serra Umã ⁶. A sua língua nativa não sobreviveu, salvo raras vezes utilizada nos cantos de *toré*. Os povos indígenas do Nordeste foram alvo primordial da dominação e violação da sua cultura pelos portugueses na época da colonização, fato que explica suas características diferenciadas e a não preservação da língua materna. Apesar dessa imposição, alguns índios, por meio da resistência e luta, conseguiram resgatar sua cultura e outras tradições.

A fertilidade da terra e outras riquezas naturais (Figura 2), tais como riachos e cachoeiras, foi um dos principais motivos pelos quais os não-índios (posseiros) tentaram

expulsar o povo Atikum de suas aldeias. Um exemplo é a cachoeira da Penha, com 50 metros de profundidade.

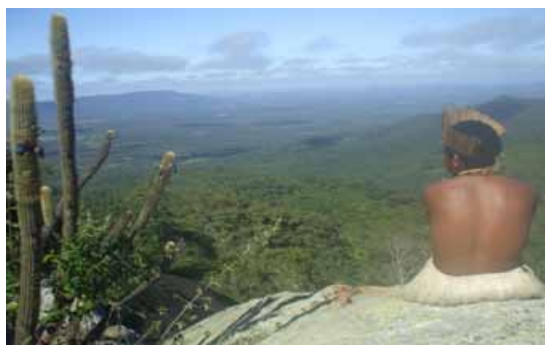


Figura 2. Indígena em u,a serra da região onde se situa a aldeia do povo Atikum, no estado do Pernambuco, Brasil.

Organização

A organização política do povo Atikum é composta por um cacique que se constitui no representante da comunidade frente à sociedade nacional, além de conselheiro interno. Há também um *pajé*, para cuidar da saúde de forma tradicional. Há, por último, representantes das aldeias que formam a liderança tribal. O “cargo” de cacique é atualmente escolhido, em reuniões, por indicação da comunidade, enquanto que o Pajé é uma investidura conferida em virtude da vocação espiritual e o vasto conhecimento das plantas medicinais. O cacique detém de grande domínio das “ciências ocultas”.

Apesar dessa forma de organização, há muita influência externa de não indígenas, especialmente em relação às questões partidárias e apadrinhamento. Isto leva a faccionalismos, os quais têm promovido a inserção e permanência de lideranças que detêm poder coercitivo ou falta de autonomia do povo ⁴.

Para organizar-se de maneira essencialmente

política, a comunidade indígena Atikum-Umã necessita que os membros do grupo sejam “*regimados no toré*”, independentemente de serem detentores de saberes mais profundos. São considerados índios de Atikum aqueles que participam da tradição do *toré*, sendo o “segredo da tribo” fundamentado em um corpo de saberes dinâmicos, repassados a cada geração ⁴.

Os conselhos locais existentes são formados por representantes das comunidades indígenas, incluindo lideranças tradicionais, o cacique, o pajé, professores, escolhidos todos por membros de suas próprias comunidades. Os conselheiros têm a atribuição de identificar as necessidades específicas do povo, no que tange aos agravos de saúde e outros problemas relacionados.

Existe ainda a Comissão dos Professores Indígenas Atikum - COPIA, formado por representantes dos professores (12 membros) e duas lideranças indígenas. Além disso, há uma representatividade desses professores na Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco – COPIPE, criada em 1999. Esses representantes reivindicam os direitos pela educação, expondo os problemas às instâncias governamentais e argumentando a necessidade de recursos para melhoria do sistema educacional das comunidades. Ressaltam-se também as associações locais formadas por membros do povo.

Evidencia-se uma forte influência dos políticos na área indígena. Isto gera a separação política dentro do próprio povo, pois não raramente indígenas candidatam-se a cargos eleitorais. Já existe um vereador oriundo do povo Atikum.

Educação

Atualmente, todas as questões relacionadas à educação são incumbência do Estado. Houve muita luta dos profissionais da educação (professores indígenas) para conseguir que o Estado se responsabilizasse pela educação. Até então todos os recursos e verbas eram repassados ao municípios. Os professores indígenas não tinham autonomia, sendo que muitos deles eram não indígenas que, por falta de conhecimento da cultura e dos costumes do povo, desrespeitavam as especificidades e peculiaridades dos indígenas.

Para o povo Atikum, educação e história não são somente um estudo do passado da humanidade, mas sim, tudo o que está relacionado ao presente e ao cotidiano, como as lutas pelo reconhecimento da terra, reconhecimento de seus guerreiros, rituais, etc... Os mestres ensinam os saberes sobre a utilização das ervas medicinais, cânticos que devem ser cantados em determinados locais e atividades do cotidiano. Por exemplo, há cânticos para ir à roça para ajudar os pais nos plantios e colheitas, pegar água em cacimbas, buscar lenha, etc... Segundo a tradição Atikum, educação é também respeitar os idosos, trabalhar com material didático baseado na memória dos antepassados, participar dos rituais e visitar lugares sagrados.

Há, ainda, um calendário próprio e diferenciado, baseado nas tradições, no respeito aos parentes indígenas falecidos (o que pode determinar, por exemplo, um feriado para as escolas), expandir a biografia dos guerreiros já falecidos, dentre outras questões. Tais hábitos e costumes, para o povo Atikum, são tidos como educação, uma vez que a educação indígena é

especialmente aprendida na comunidade.

Atualmente notam-se avanços, a começar pelas contratações de aproximadamente 90 professores indígenas. Alguns deles concluíram o ensino superior e outros estão cursando estudos universitários em diversos distintos cursos, tais como Biologia, Pedagogia, Letras, História, Matemática, Geografia, entre outros.

Outro avanço que merece destaque é a realização da feira de cultura anualmente, onde são apresentadas danças, há exposição de artesanatos e degustação de comidas típicas. São discutidos tópicos que dizem respeito à educação, bem como à e outras atividades. Os professores participam de capacitações pedagógicas e de “encontros” com professores de outros povos, possibilitando-se, assim, a apresentação de trabalhos didáticos e outras atividades educacionais.

Existem aproximadamente 20 escolas no povo, todas com ensino primário (1ª - 4ª série), sendo que apenas duas oferecem o ensino fundamental completo (5ª - 8ª série): uma localizada na aldeia Serra-Umã (sede) e outra na aldeia Olho D'água do Padre. Há uma coordenadora geral para todas as escolas e uma coordenadora pedagógica responsável por núcleo e cada um deles representa três escolas. Há duas comissões de professores / educadores (COPIA), resultado da luta de professores, lideranças e membros da comunidade que representam o povo na COPIPE pela busca de melhorias para a educação do povo.

Em relação ao ensino médio, muitos jovens do povo se deslocam para estudar na zona urbana e em cidades vizinhas, tanto por falta de escolas de ensino médio nas aldeias, quanto

pela busca de estudos mais aprofundados, na tentativa de obter mais conhecimentos. Assim podem se tornar aptos para prestar vestibulares e concursos, com melhores resultados. Além de terem que sair da aldeia por falta de trabalho qualificado, sofrem preconceito por viverem em um “mundo diferente”, com outros valores e crenças. Mesmo com tantas dificuldades, muitos persistem nos seus objetivos e anseios, pois além da oportunidade, também cultivam em desejo de adquirir uma formação de qualidade que possa dar maior retorno ao povo ou a si próprios.

Atualmente há 15 graduandos do povo Atikum no ensino superior ⁷, com auxílio financeiro ou não da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Estudando na Universidade de Brasília (UnB) há um formando no curso de Engenharia Florestal, quatro em Medicina, dois em Nutrição e um em Enfermagem. Na Universidade Federal de Feira de Santana – Bahia (UEFS), há um indígena cursando Farmácia, um Biologia e um Enfermagem. As Universidades Federais de Tocantins, de São Carlos – São Paulo e de Minas Gerais (UFTO, UFSCA e UFMG, respectivamente) contam com um estudante no curso de Medicina cada uma. Ainda há uma estudante de Medicina em Cuba.

É de suma importância ressaltar que a maioria desses estudantes são beneficiados pela FUNAI e Instituições de Ensino Superior (IES), usufruindo dos convênios para indígenas. Contudo, esses estudantes não podem ser consideradas como pessoas que mantiveram ou mantêm contato com a cultura do povo, seus costumes, crenças e rituais. Sendo assim, são desconsiderados membros do povo pela comunidade indígena, ou então a

maior parte do povo sequer tem conhecimento da existência desses estudantes e os considera usurpadores dos direitos indígenas. Além das graduações já citadas, há outros indígenas do povo em faculdades particulares, beneficiados por cotas ou pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI), nos cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Odontologia, Engenharia Civil, Processos Gerenciais, dentre outros.

Cultura

Os Atikum, apesar da resistência, já não conservam muitos traços da sua cultura. Assim como outras comunidades indígenas de Pernambuco, dançam o *toré*, porém os idosos e professores são os mais empenhados na conservação desse costume (Figura 3); quando entoam cânticos há poucos vestígios da sua língua nativa. Os cantos são acompanhados de maracás de cabaças e alguns fumam cachimbos de madeira ou feitos de barro.



Figura 3. Ritual de dança indígena do povo Atikum.

Em algumas comunidades Atikum existem locais sagrados como a Pedra do Gentio, Pedra Montada, Mata do Tambor, Pedra da Jandainha, Cruzeiro e outros, onde são realizados rituais e reuniões secretas, como aquelas em que se fazem compromissos espirituais, geralmente sob a administração do pajé Augusto Gustavo de Oliveira ou de outros. Dentro ou em torno a tais locais, os índios pisam firme, balançam

os maracás, dançam e cantam toantes, invocando os encantados, sendo uma forma de comunicação com seus antepassados. Durante os rituais é consumida uma bebida sagrada (o *anjucá*), que representa o sangue de Jesus Cristo. A extração da bebida é feita da raiz ou da casca de uma planta chamada jurema (*Mimosa hostilis benth*), processo em que seus elementos são macerados e misturados com água. A bebida só pode ser feita por pessoas iniciadas ou que entendem da cura. Como exemplo, cita-se o refrão de um cântico que menciona jurema: “Da jurema eu faço guia, da casca meu anjucá, da folha boto no guia para nossos índios fumarem”.

Os Atikum sobrevivem da agropecuária, sendo considerados bons produtores agrícolas, apesar de estarem situados numa região em que o bioma predominante é a caatinga. Os produtos mais cultivados são: feijão de *arranca* (feijão carioca), feijão de corda, milho, andú e fava, além do plantio de macaxeira (mandioca), batata doce, abóbora, jerimum e melancia. Até há pouco tempo, era frequente o plantio de mamona e algodão, sendo que poucos locais cultivam o arroz. É frequente também o cultivo de frutas, como a banana, pinha, caju, manga, goiaba, jaca, pitomba, laranja, limão e cirigüela. Devido ao terreno fértil, encontram-se ainda frutos nativos como o oiti, imbu e catolé (fruto do catolezeiro, palmeira nativa da região). A agricultura é o principal meio de subsistência, pois fornece o sustento e também propicia a venda de exedentes e compra de produtos inexistentes na comunidade.

Com relação à pecuária, há pequenos criatórios de bovinos, eqüinos, ovinos, caprinos, suínos, bem como de animais de carga (jumentos, burros, cavalos e bois), utilizados

nos afazeres domésticos como pegar água e lenha, ou preparar a terra para o plantio. Há também a criação de animais em peridomicílio como galinhas, guinés, patos, perus e animais domésticos: gatos, papagaio, pássaros, e cachorros para guarda das casas e auxílio na caça de teiús, pebas, tatus, cangambás, preás e tamanduás. A pesca é pouco frequente, mas alguns índios frequentam a pescarias em açudes ou barragens.

É utilizado o barro (argila) na fabricação de artesanatos como panelas, potes, aribés, cuscuzeiros e frigideiras. Já na fabricação de cordas, bornás e vestuários usados nos rituais é usado o caruá (planta terrestre nativa do Nordeste). A palha do catolezeiro é comumente usada para fazer esteiras, abanos e urupembas, sendo que da fibra fabricam-se cestos e urupembas. Da madeira de algumas árvores é fabricado a colher de pau, gamelas e pilão.

Atualmente, grande parte da população vive em habitações de alvenaria. Contudo, ainda são frequentes as habitações de taipa cobertas com palhas do catolezeiro ou telhas.

Saúde indígena

A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), criada em 2002, integra a Política Nacional de Saúde, compatibilizando as determinações da Lei Orgânica da Saúde, 8.080/90, com as da Constituição Federal, que reconhece aos povos indígenas suas especificidades étnicas e culturais, bem como estabelece seus direitos sociais. Porém, somente a partir da Lei 9.836/99, é que o Ministério da Saúde determinou as principais normas que regem a saúde indígena. Entretanto, até 1999, as ações de saúde indígena

eram de responsabilidade apenas da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), pelo modelo assistencialista, e dos municípios onde as aldeias indígenas estão localizadas, passando então à responsabilidade da FUNASA ⁸. Desde o ano 2010, a saúde indígena é gerida, no nível federal, pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). A partir de 1999 foram criados os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) e o território que delimita estes DSEIs ⁹ foi concebido de modo a respeitar a distribuição geográfica, antropológica e de acesso aos serviços de saúde pelos indígenas (Figura 4).



Figura 4. Esquema básico de funcionamento regionalizado dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas. (Fonte: FUNASA, 2008)

A saúde no povo Atikum

A promoção de saúde local é vista como sendo proporcionada por intermédio de dois conhecimentos que se cruzam: o tradicional / popular, ofertado pelos saberes dos *Pajés* (*Xamãs*) e benzedeiros, e o científico por profissionais de saúde. Os *pajés* realizam a cura e tratamento através de rituais espirituais, onde algumas vezes são evocados espíritos encantados de luz, com auxílio da *Jurema* e de outras ervas medicinais. Tais ervas são utilizadas de diversas formas (em chás, banhos,

raizadas, pulverização, entre outras) pelas pessoas que estão com problemas de saúde e que precisam ser benzidas. Esses remédios caseiros são geralmente chamados pelos idosos de “*meisinha*”.

As pessoas mais jovens ainda têm grande respeito pelos mestres benzedores que utilizam as folhas verdes das plantas e o fogo para retirar o mal e promover “a felicidade entrar”, como eles falam. As parteiras exerciam maior papel na comunidade, pois não havia profissionais com conhecimento técnico-científico, os quais hoje exercem grande influência na saúde do povo, levando parcialmente ao esquecimento do trabalho realizado por essas mulheres. Esses conhecimentos são e devem ser repassados aos mais jovens como forma de preservação da cultura do povo e prevenir a iatrogenia.

Em relação à incidência e prevalência de doenças nas aldeias, são mais frequentes os casos de hipertensão arterial, afecções respiratórias, helmintíase (ascaridíase, principalmente) e outras parasitoses (como a Doenças de Chagas), desnutrição e doenças metabólicas (diabetes mellitus e hipercolesterolemia). Evidencia-se um quadro sanitário caracterizado pela ocorrência de agravos que poderiam ser reduzidos com o estabelecimento de ações continuadas e ininterruptas de atenção básica e promoção à saúde no interior das áreas indígenas. Atualmente essas ações não são permanentes devido à instabilidade de profissionais de saúde.

A execução das ações de atenção básica de saúde indígena ainda está sendo realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e com a SESAÍ (no nível Federal), através da contratação das Equipes Multidisciplinares

de Saúde Indígena, localizadas no pólo base. No caso dos Atikum, o pólo fica localizado na cidade. Porém, através da SESAI, entidades privadas, licitadas, selecionarão mais profissionais para tentar atender a demanda necessária.

O povo Atikum, teoricamente, recebe cobertura mediante cinco equipes multiprofissionais, compostas por um profissional da medicina, um da enfermagem, um de odontologia, dois a três auxiliares de enfermagem, agentes indígenas de saúde (AIS) da própria aldeia, e um assistente social para vários povos. No que se refere às medidas de saneamento básico, há agentes indígenas de saneamento (AISAN), que prestam assistência, efetuando, por exemplo, a distribuição de hipoclorito de sódio para o tratamento da água destinada ao consumo, inspecionados por um único supervisor.

A saúde como um direito

Existem dois conselhos de saúde: o Conselho Indígena de Saúde Atikum (CISA) e o Conselho Indígena de Saúde Atikum da Gameleira (CISAG), formados por duas lideranças representantes de cada aldeia, que têm como maior atribuição identificar as necessidades específicas do povo, em relação aos agravos de saúde que os acometem.

Em consonância com a proposta geral do SUS, o PNASPI tem como dever proporcionar aos povos indígenas o acesso à atenção integral à saúde, com objetivo de eliminar os fatores que dificultam o atendimento e tornam a comunidade carente. A assistência, no entanto, não é exercida de forma completa e efetiva. Apesar da descontinuidade das ações,

da carência e da falta de médicos e outros profissionais, a comunidade, conscientemente, não se mobiliza para adquirir conhecimentos e controle sobre seus direitos junto ao sistema de saúde disponibilizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido à localização do povo e o seu contexto étnico e cultural, além do comodismo ou falta de informações, o povo passa por muitas dificuldades e privações de recursos que possam melhorar sua qualidade de vida. Muitos membros são privados de atendimento à saúde no momento em que necessitam e as verbas disponibilizadas são insuficientes para atender a demanda da população, além de serem divididas com outro povo vizinho - os *Pankará*, em processo de reconhecimento. Assim, um exame de ultrassonografia, por exemplo, um dos mais solicitados pelos médicos, pode demorar meses para ser realizado. Como o sistema de assistência a saúde não atende de maneira eficiente a população, ainda não se dá a junção entre os dois saberes (tradicional e científico) e são muito utilizadas ervas medicinais; a maioria dos indígenas prefere o uso dessas ervas para curar os casos mais simples de doenças.

No que diz respeito à educação, o ensino fundamental, apesar de necessitar de maior assistência governamental, tem evoluído. Contudo, os jovens que concluem o ensino médio não possuem apoio efetivo do governo para ingressar no ensino superior, culminando na falta de expectativas para um futuro profissional.

Considerando esses fatores, vê-se a necessidade urgente de implementação de

programas e sistemas que atendam de maneira efetiva e eficiente essa população. Uma política pública que possa valorizar seus costumes culturais e ritualísticos, mas principalmente, que possa inserir o povo em um contexto social mais favorável para o crescimento, desenvolvimento e melhores condições de saúde e educação.

REFERÊNCIAS

1. Instituto Socioambiental - ISA. Povos Indígenas no Brasil - Atikum. Acessível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/atikum/160>. Acessado em 02/12/2011.
2. Grunewald RA. A Construção da Imagem dos Bravios e a Memória Atikum. *Anuário Antropológico*. 2002; 98: 97-107.
3. Grunewald RA. Toré e Jurema: Emblemas Indígenas no Nordeste do Brasil. *Ciência e Cultura: temas e tendências*. 2008 (1 de Outubro): 43 - 45.
4. Grunewald RA. Etnogênese e Regime de Índio na Serra do Umã. In: Oliveira JP (Org.). *A Viagem da Volta. Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999; p. 137-172.
5. Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Etnicidade - NEPE. Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Povos Indígenas de Pernambuco. Grupo indígena Atikum-Umã. <http://www.ufpe.br/nepe/povosIndigenas/atikum.htm>. Acessado em dezembro de 2011.
6. Grunewald RA. Apresentando: Índios e Negros na Serra do Umã. In: Bacelar J, Caroso C. (Org.). *Brasil: um País de Negros?*. Rio de Janeiro: Pallas, 1999; p. 175-185.
7. Fundação Nacional do índio - FUNAI - Coordenação Geral de Educação. Dados de ensino superior CGE 2010. Dados proporcionados para fins da produção do

presente artigo e não se encontram disponíveis em algum local para consulta pública. Complemento com dados da UnB.

8. MS / FUNASA. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas -Saúde Indígena. Brasília: MS. 2002.
9. MS/ FUNASA. Atenção à Saúde dos Povos Indígenas: Caracterização e Estágio da Implantação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) - Distrito Sanitário Especial Indígena de Pernambuco - Sede: Recife – PE., 2001.